

fonte: O Globo class.: 317

data: 27/01/95 pg.: _____

Demarcação das terras indígenas pode ser revista

ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — Um projeto aprovado sem alarde no mês passado pelo Senado prevê a revisão da demarcação das terras indígenas localizadas em faixa de fronteira, entre elas a área ianomâmi, com 9,4 milhões de hectares. Se a proposta de autoria do senador César Dias (PMDB-RR) for aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Poder Executivo terá que encaminhar, dentro de seis meses, um projeto de lei ao Congresso com os pontos a serem revistos.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), 164 áreas indígenas situadas na fronteira do Brasil com outros países poderão ser prejudicadas. Além da reserva dos ianomâmi

— na divisa de Roraima com a Venezuela e que abriga cerca de dez mil índios —, serão afetadas as comunidades da região do Javari, do Alto Rio Negro, do Médio Rio Negro, Ticuna e Raposa Serra do Sol, entre outras.

O projeto determina que os Governos estaduais sejam ouvidos antes de se iniciar qualquer processo de demarcação de área indígena no país. Quando o projeto de lei do presidente da República propuser a demarcação em áreas de fronteira, o assunto terá que ser encaminhado ao Congresso e examinado por uma comissão composta por representantes dos ministérios de Justiça, Relações Exteriores, Exército, Marinha, Aeronáutica e Minas e Energia e da Amazônia, além de Funai e Secretaria de Assuntos Estratégicos. Hoje, as demarcações são feitas atra-

vés de decreto presidencial.

Para o senador Cesar Dias, as mudanças são necessárias porque os Governos dos estados e o Congresso têm que ser ouvidos sobre um tema que envolve assuntos de interesse de toda a sociedade brasileira, como segurança nacional, meio ambiente e a exploração econômica de recursos naturais. Em sua justificativa no Senado, Dias também argumentou sobre o perigo da internacionalização das áreas demarcadas, o que preocupa os militares.

A diretora do Departamento de Assuntos Fundiários da Funai, Isa Pacheco, disse que o projeto é absurdo porque permitirá a anulação dos decretos presidenciais que homologaram as reservas indígenas. A Funai aposta que o projeto não será aprovado na Câmara nem sancionado por Fernando Henrique.

Editoria de Arte

O território ianomâmi demarcado

A reserva ianomâmi tem 9,4 milhões de hectares identificados nos estudos da Funai e chega até a fronteira do Brasil com a Venezuela

